

Desmatamento agrega ao PIB só 0,013% ao ano, diz estudo

Pecuária é maior responsável pelo desmate; cada hectare destruído, segundo cálculo da ONG Imazon, gerou menos de R\$ 1 mil ao ano

FABIANO MAISONNAVE

EM BONN (ALEMANHA)

Muitas vezes descrito como “avanço da fronteira agrícola”, o aumento da área desmatada na Amazônia acrescentou, em média, apenas 0,013% por ano ao PIB brasileiro na última década, segundo estudo apresentado por oito ONGs nesta segunda (13), durante a Conferência do Clima, em Bonn.

De acordo com o relatório, que propõe um “mapa do caminho” para zerar o desmatamento, a área média derrubada por ano de 2007 a 2016 (7.502 km²) teve o potencial de

acrescentar por ano cerca de R\$ 453 milhões em valor bruto de produção agropecuária.

Responsável pelo cálculo, Paulo Barreto, da ONG Imazon, explica que o valor bruto da produção estimada pelo governo foi dividido pela área total desmatada. Na média, cada hectare desflorestado produziu R\$ 604/ano.

O grande vilão é a pecuária extensiva. Além de ser responsável por 65% do desmatamento na Amazônia, a atividade tem lotação média de menos de uma cabeça por hectare. São 100 mil km² de pastos degradados na região, se-

gundo dado do Inpe de 2014.

Para o relatório, uma das evidências do desempenho econômico ruim está no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) baixo dos municípios amazônicos, vítimas da lógica do “boom-colapso”.

“Num primeiro momento, o acesso fácil aos recursos naturais produz uma explosão de riqueza no município. Ela, contudo, fica concentrada nas mãos de poucos e vai se esgotando em poucos anos. O resultado final são cidades inchadas, com infraestrutura deficiente, sem empregos de qualidade e com concentra-

ção de renda”, diz o estudo.

Além do pouco retorno econômico, o desmatamento contribui para o aquecimento global: as mudanças no uso da terra foram responsáveis por 51% das emissões de gases de efeito estufa do Brasil no ano passado. Com isso, o país mantém a posição de sétimo maior poluidor mundial, segundo o Seeg (Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa).

As ONGs cobram do governo metas mais ambiciosas do que a apresentada no Acordo de Paris, em 2015, quando qual o Brasil se compromete-

teu a acabar com o desmatamento ilegal até 2030.

O relatório divide suas recomendações em quatro eixos: políticas públicas ambientais efetivas e perenes; incentivo a usos sustentáveis da floresta e melhores práticas agropecuárias; a restrição drástica do mercado para produtos associados a novos desmatamentos; e engajamento de eleitores, consumidores e investidores contra o desmatamento.

Entre as medidas apontadas está a criação de unidades de conservação nos 700 mil km² de terras públicas não

destinadas, o equivalente a duas Alemanhas. No ano passado, ao menos 24% do desmatamento se concentrou em terras com essa classificação, alvo preferencial dos grileiros.

“Todos os elementos para alcançar o desmatamento zero já existem, como mostram as quedas até 2012. Mas ainda estamos desmatando em média 5 mil km² por ano. É muito”, diz Paulo Moutinho, pesquisador sênior do Ipam.

As ONGs que assinam o relatório são: Ipam, ISA, Greenpeace, Imazon, Imaflora, WWF, ICV e The Nature Conservancy.